

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Entrevista de Campos Neto gerou reação de Haddad

Autonomia do BC vira novo embate no Congresso

Resolvida a questão da reoneração da folha e outros pontos que estavam empacados no Congresso, o novo embate que começa a se esboçar agora é em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece ainda maior autonomia ao Banco Central (BC). Os debates em torno da proposta vinham sendo tratados tecnicamente na Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE) do Senado. Mas a entrevista do presidente do BC, Roberto Campos Neto, defendendo a PEC movimentaram os setores do governo contrários à medida. Ao se manifestar, Campos Neto teria de novo politizado a questão. Vale lembrar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já manifestou várias vezes contrariedade com a autonomia como ela já acontece.

Mandato

Desde 2020, o Banco Central tem autonomia decisória. O presidente do BC é indicado pelo presidente da República, sabatinado pelo Senado, mas tem um mandato que ultrapassa o mandato do presidente da República. Por isso, Campos Neto continua no comando.

Empresa

A PEC em tramitação, que tem como relator o senador Plínio Valério (PSDB-AM), dá ao BC, além da autonomia operacional, a autonomia fiscal e orçamentária. O BC passaria, então, a ter caráter próximo ao de uma empresa estatal, com orçamento próprio.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



BC diz que falta de orçamento pode comprometer PIX

Presidente queria reverter independência. A PEC amplia

A entrevista de Campos Neto gerou reações no governo. Lula já deu seguidas declarações contrárias à autonomia diante da política do Banco Central com relação à taxa de juros. O presidente queria que o BC fosse mais célebre na sua decisão de baixar a taxa básica. E reclamou da autonomia. Antes dela, o presidente do BC

era um subordinado do governo e, em tese, poderia vir a ser pressionado a baixar os juros mais rapidamente. Se a PEC avançar, a autonomia obtida pelo banco ficaria mais ampliada, na contramão do desejo do presidente da República. Vinha-se trabalhando para que a discussão política não contaminasse o debate.

Polêmica

Campos Neto disse que toda a diretoria do Banco Central seria favorável à autonomia fiscal e orçamentária dada pela PEC. Isso não seria verdade. Os dois diretores indicados por Lula seriam contrários. E também as representações dos servidores do banco.

Carreira

Na argumentação favorável à PEC, Campos Neto argumenta que os atuais problemas orçamentários estão tornando pouco atraente a carreira do Banco Central. Com salários mais baixos, servidores estariam deixando o banco, atraídos por salários mais atraentes.

Orçamento

Também argumenta que a falta de repasses estaria comprometendo o orçamento do banco. A consequência seriam equipamentos obsoletos, falta de material de trabalho e de condições que poderiam ameaçar a importante tarefa de ser a autoridade monetária do país.

PIX

A falta de equipamentos poderia mesmo comprometer o bom funcionamento da principal novidade tecnológica financeira do país, que é o uso do PIX. Equipamentos que controlam transações estariam obsoletos. Um problema no PIX hoje provocaria um colapso.

Lula reúne-se com Senado para destravar a pauta

Com agenda da Câmara parada, Lira deve definir comissões

Foto: Ricardo Stuckert / PR

Por Gabriela Gallo

Em novos diálogos entre os poderes Executivo e Legislativo, nesta terça-feira (5), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes do Senado para discutir as prioridades do governo federal no Congresso.

O encontro acontecerá no Palácio do Planalto, semanas após Lula se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e lideranças da Casa. O presidente da República vem tentando estreitar os laços entre o governo e parlamentares a fim de garantir os interesses do governo no Congresso ainda no primeiro semestre, já que o segundo semestre será voltado para as eleições municipais.

Dentre os principais temas discutidos no encontro está a reoneração da folha de pagamento de municípios com até 142.632 habitantes, prevista na Medida Provisória nº 1.208/2024, encaminhada aos parlamentares na última semana. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) desaprovou a decisão do governo de negociar com o Congresso manter a desoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia, enviando um projeto de lei sobre o tema e não ter o mesmo posicionamento quanto aos municípios. Nesta quarta-feira (06), está previsto um encontro de prefeitos no Congresso para reunirem apoio dos congressistas para manter a desoneração também das prefeituras.

Outro tema que deve ser



Lula se reunirá com Pacheco e os demais senadores

discutido na reunião e ao longo desta semana são as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) para tratar do fim da reeleição para cargos do Executivo e mudanças no Código Eleitoral. O texto propõe o fim da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. O relator da proposta, senador Marcelo Castro (MDB-PI), defendeu que as reeleições não têm se mostrado benéficas para a política nacional.

“Estamos propondo uma PEC, pondo fim à reeleição e estendendo o mandato para cinco anos, porque a maioria [dos senadores] entende que, sem a reeleição, um mandato de quatro anos ficaria muito exiguo para um prefeito, governador ou presidente da República executar seus projetos”, afirmou Castro.

O presidente Lula também deve comentar sobre o projeto

de lei que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativo, encaminhado ao Congresso Nacional na segunda-feira (4 – leia mais na página 5).

Comissões

As principais discussões na Câmara dos Deputados estão travadas enquanto ainda não são decididas as presidências das comissões da Casa. A expectativa é que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vá “bater o martelo” sobre as comissões até sexta-feira (8). Mas enquanto Lira ainda não define as comissões, as siglas disputam entre si os espaços nas comissões da Casa. Em especial, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Na disputa para ocupar a CCJ, o Partido Liberal pretende indicar a deputada federal

Caroline de Toni (PL-SC), parlamentar de forte oposição ao governo federal. O nome da parlamentar não foi bem avaliado por Arthur Lira, por considerá-la de perfil radical e confrontador. Dessa forma, o PL não descarta trocar a indicação para outro nome da sigla com um perfil mais moderado. Além do PL, o União Brasil e o Progressistas (PP) também disputam a presidência da comissão.

Considerada a principal comissão da Câmara, a CCJ é responsável por avaliar se os projetos que tramitam na Casa cumprem os requisitos mínimos de constitucionalidade, técnica legislativa e adequação às leis e ao regimento interno. Todos os projetos importantes do poder Legislativo passam por ela e, em várias oportunidades, ela substitui o plenário da Casa, além de dar palavra sobre divergências regimentais.

Governo envia ao Congresso projeto sobre aplicativos

Rovena Rosa/Agência Brasil



Projeto cria direitos e garantias para os motoristas

Por Ana Paula Marques

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, nesta segunda-feira (4), a proposta de projeto de lei complementar (PLC) que regulamenta o trabalho de motorista de aplicativos de transporte. Apesar de estabelecer regras fora da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o projeto cria um pacote de direitos para os motoristas de plataformas como o Uber e o 99, por exemplo. Assinado por Lula, foi enviado ao Congresso Nacional para análise dos parlamentares.

Apesar do avanço, a medida não estabelece vínculo empregatício entre funcionário e empresa e também não trata do serviço prestado por transporte de alimentos e encomendas, como o Ifood e o Rappi, já que as negociações com o setor não foram concluídas. Além disso, as diretrizes estabelecidas só valem para o transporte em veículos de quatro rodas.

Mas, caso aprovado pelos parlamentares, o projeto estabelece que os motoristas receberão um valor mínimo por hora trabalhada, além do ganho variável com as corridas, e, junto com as empresas, contribuirão com o INSS — esses trabalhadores serão segurados pela Previdência Social e terão direito aos benefícios do instituto. Do contribuinte, será recolhido 7,5% sobre o salário, as empresas pagarão alíquota de 20%.

A medida também detalha uma jornada máxima de traba-

lho por dia, ao todo de 12 horas — se houver acordo coletivo. A hora trabalhada deverá ter valor de R\$ 32,09 e o motorista poderá escolher quando trabalhar, sem ter a obrigatoriedade do vínculo de exclusividade.

Críticas

Apesar de ser considerado por especialistas um avanço, duas entidades que representam os motoristas criticaram a proposta. Em nota, a Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) e a Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp) disseram que a medida é prejudicial aos motoristas, especialmente ao definir o salário por hora trabalhada.

Para a Fembrapp, a remuneração deveria incluir o quilômetro rodado e condições de tráfego, entre outros fatores, e a definição por hora pode levar a jornadas excessivas e permitir a manipulação dos aplicativos pelas empresas para limitar o ganho dos motoristas.

Negociações

O texto foi enviado com urgência constitucional, ou seja, Câmara dos Deputados e Senado Federal terão 45 dias, cada, para análise. Durante a cerimônia de assinatura no Palácio do Planalto, que contou com a presença do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, outros ministros e representantes dos motoristas, o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que o projeto precisará do apoio de parlamentares para ser aprovado.

Existe a previsão de que esse tema estará na pauta da reunião que o presidente Lula terá com líderes no Senado nesta semana. Ainda durante a cerimônia, o presidente afirmou que o governo negociará com bancos a criação de linhas de crédito voltadas a trabalhadores de aplicativos. “Passageiro quer carro novo, não quer carro velho. Isso tudo nós temos que fazer caminhar”, declarou.

Avanço

Com o envio do projeto, o governo acena para uma melhoria, ainda que modesta, na proteção trabalhista e previdenciária destes trabalhadores, segundo o advogado especialista em Direito Previdenciário e Trabalhista da Advocacia Riedel, José Hailton Lages.

“Embora tenha recuado no reconhecimento do vínculo destes profissionais como trabalhador que atua com carteira assinada, o governo propõe uma seguridade social, que possibilitará uma futura aposentadoria”, explica.

O especialista também defende que, ao criar a representação por sindicato, o projeto possibilita “uma luta permanente pelos direitos desta categoria que deixa de ser microempreendedor Individual e passa a ser efetivamente um trabalhador com profissão regulamentada”. Para Lages, “um avanço para esses trabalhadores”.